

Pesquisa e fotografias de Milton Guran

Pesquisa complementar:

Mariza de Carvalho Soares – LABHOI – Laboratório de História Oral e Imagem da UFF

Assistente de pesquisa:

Camila Baptista Dias

Programação visual:

Melanie Guerra

Produção:

Joana Mazza / Luz Tropical

Realização:

Centro Cultural Municipal José Bonifácio / Núcleo Teórico –
Secretaria das Culturas – Prefeitura do Rio

O Refluxo da Diáspora

As comunidades Agudá e Tabom da África Ocidental

Os “brasileiros” da África

Ao longo do século 19, muitos africanos libertos ou filhos de africanos nascidos no Brasil retornaram à costa ocidental da África, onde começaram uma nova vida em liberdade. Este movimento de retorno se acentuou depois de 1835, com a deportação de inúmeros escravos que participaram da Revolta dos Malês, conhecida tentativa de levante na Bahia. Esses deportados, todos muçulmanos ou simpatizantes do islã, encontraram boa acolhida além-mar, o que incentivou outros africanos libertos, na sua maioria católicos, a irem se estabelecer na região compreendida atualmente pela Nigéria, Benim, Togo e Gana.

Eles faziam parte da elite dos africanos escravizados no Brasil, os mais fortes para sobreviver às duras condições da escravatura e com habilidades para adquirirem a sua libertação. Eram profissionais bem formados, conhecedores do trabalho nas grandes plantações, administradores, alfaiates, carpinteiros, mestres construtores, todos

falando correntemente a língua portuguesa e, muitas vezes, até alfabetizados. Entretanto, carregaram consigo de volta para a África o estigma da escravidão.

Na costa ocidental africana já viviam vários comerciantes brasileiros que se ocupavam do tráfico negreiro e que eram conhecidos como agudás, palavra que tem sua origem no Forte Português de São João da Ajuda, em Uidá, atual Benim. Aliando-se a esses negreiros, e se apoiando na nova cultura adquirida no Brasil, os retornados forjaram uma nova identidade social superando o estigma da escravidão. Reintegraram-se a vida social como cidadãos de plenos direitos, ficando conhecidos também como agudás no Togo, Benim e Nigéria, e como Tabom em Gana. Eles lá chegaram como portadores de hábitos culturais que haveriam de se impor ao continente e puderam, por isso, dar uma contribuição significativa para a implantação da cultura ocidental nesta região da África.

As mais recentes estimativas sobre o tráfico de escravos no Oceano Atlântico indicam que aproximadamente 10 milhões de africanos desembarcaram nos portos das Américas, ao longo de quatro séculos. Desses, estima-se que mais de quatro milhões tenham chegado ao Brasil, vindos da Senegambia, Costa do Ouro (atual Gana), Costa dos Escravos (atualmente Togo, Benim e Nigéria), Moçambique e, principalmente, de Angola.

No início da colonização portuguesa, a principal destinação dos escravos africanos foram os engenhos de cana-de-açúcar de Pernambuco e Bahia. Desde então, os escravos vindos da Costa do Ouro e da Costa dos Escravos ficaram conhecidos como “Mina”, em referência ao Castelo de Elmina, construído pelos portugueses na costa da atual República de Gana, em 1482. No século 18, foram mandados para as minas de ouro e seu trabalho rendeu lucros e riquezas. Por fim, no século 19, foram enviados às fazendas de café, onde milhares de escravos, principalmente vindos de Angola e Moçambique, trabalharam até a abolição da escravidão no Brasil.

O tráfico atlântico



“Pequena África”

Livro de Registro das Cartas de Emancipação dos africanos vindos no patacho “Paquete de Benguela” (Arquivo Nacional, Rio de Janeiro).

Como pode se ver na reprodução desta página, Os indivíduos eram devidamente identificados pelo nome de batismo (todos eram batizados ao entrarem no navio negreiro), nação, marca corporal e local da marca. Assim sendo, o primeiro da lista se chamava Antenor, era de Benguela (região de Angola), e tinha o número “8” gravado a fogo no braço direito.

Nº	Nome	Nação	Marca	Siglas
2	Antenor	Benguela	8	Braco direito
3	Amara	"	V	Braco esquerdo
4	Trocato	"	B	espada esquerda
5	Benedicto	"	B	peito esquerdo
6	Romão	"	X	espada direita
7	Raxenolo	"	8	peito direito
8	Adrião	"	V	braco d'ist.
9	Pascual	"	B	peito esquerdo
10	Teofilo	"	V	peito erg e d'ist.
11	João	"	X	peito esquerdo
12	Marcolino	"	X	peito direito e es.
13			F.L. 6	peito esquerdo

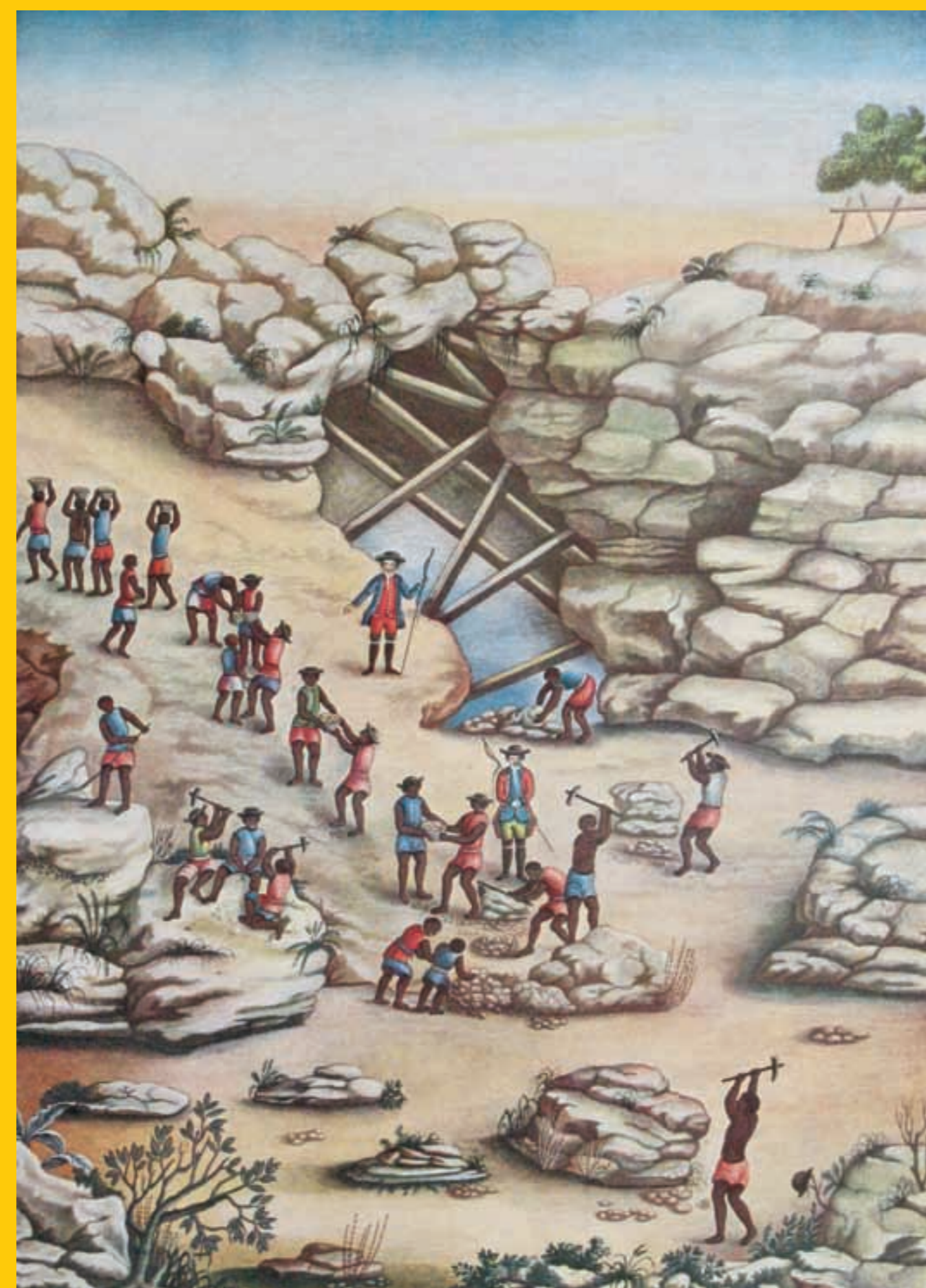
O Brasil tem a maior população de origem africana do mundo. Entre nós pelo menos 8 em dez indivíduos levam no seu sangue traços africanos. Segundo os dados mais recentes, mais da metade da população do Brasil se reconhece e é reconhecida como afro-descendente, o que representa mais de 90 milhões de pessoas. A maior concentração de afro-brasileiros se encontra no estado da Bahia, onde 80% da população é de ascendência africana.

Do total estimado de 11 milhões de africanos deportados para as Américas, 44% (perto de 5 milhões) vieram para o território brasileiro num período de três séculos (1550-1850). Na província do Rio de Janeiro, durante o século 19, o número de escravos (294.000) ultrapassava o número de livres

e libertos (264.000). Por volta de 1850, o Rio possuía 266.000 habitantes dos quais 110.000 (41%) eram escravos, formando a maior concentração urbana de cativos das Américas. Somando a esse número os crioulos – filhos de africanos nascidos no Brasil – e os africanos livres, constatamos que a população da principal cidade do Brasil na época era majoritariamente negra.

Apesar das proibições, o tráfico negreiro operou no Brasil até 1850. Entretanto, todos os africanos encontrados em navios apreendidos na costa brasileira eram legalmente alforriados, através das chamadas “Cartas de emancipação”. Uma vez livre, estes africanos se transformavam em imigrantes compulsórios, misturando-se aos escravos na penosa labuta da servidão.

Trabalho e resistência dos africanos no Brasil do século 19



Garimpo de diamantes em Minas Gerais no final do século 18, aquarela de Carlos Julião.



Cena doméstica de uma família brasileira, do livro "Viagem pitoresca e histórica ao Brasil (1834-1834)", Jean-Baptista Debret.

Os africanos escravizados desempenharam atividades muito variadas e viveram em condições muito diversas, dependendo da época, região e trabalho realizado. Muitos se converteram ao catolicismo, muitos sofreram as piores formas de violência e não resistiram, outros tantos aprenderam novas profissões, conseguiram comprar ou ganhar a liberdade. Mas todos eles passaram pela difícil experiência de viver numa terra estranha, aprender nova língua e um novo modo de vida, sem falar da violência que é a marca da escravidão.

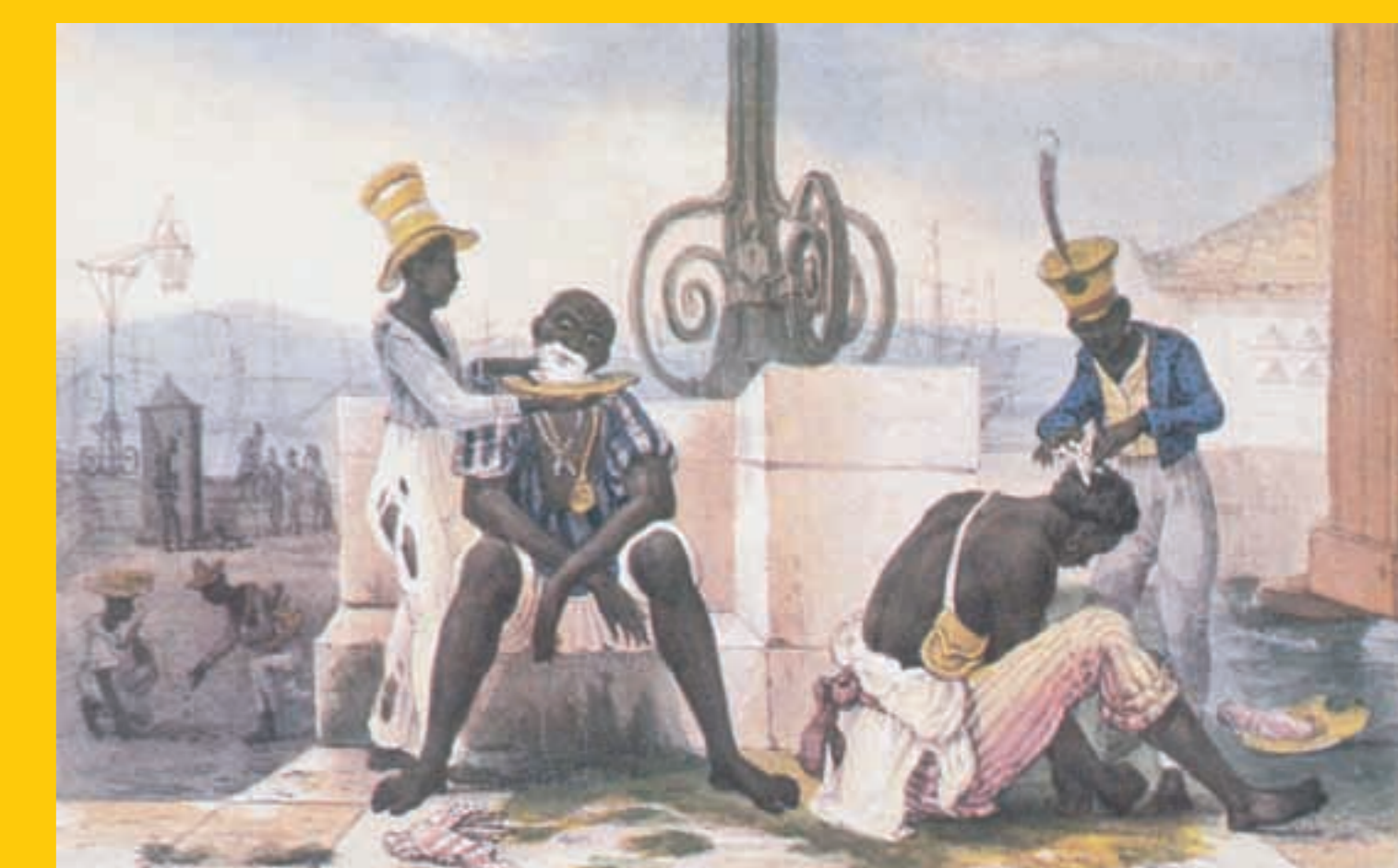
No século 19, a população escrava se dividia entre as plantações de produtos tropicais, as minas de ouro e de diamantes e as atividades urbanas como carregadores, vendedores, além de algumas atividades mais especializadas como sapateiros, alfaiates, carpinteiros, barbeiros, costureiras, cozinheiras, amas-de-leite, parteiras e outras. As cidades que concentravam o maior número de escravos no século 19 eram Rio de Janeiro, Salvador e Recife, e foi provavelmente dessas cidades que saiu a maior parte dos que planejaram voltar para a África.

O retorno começou já nos anos de 1820, quando os primeiros grupos de africanos tomaram o rumo de volta, a maioria para Badagri e Lagos, região onde hoje é a Nigéria. Os que conseguiram realmente voltar representam um pequeno contingente em relação ao total dos escravos, mas simbolizam, acima de tudo, o desejo de liberdade.

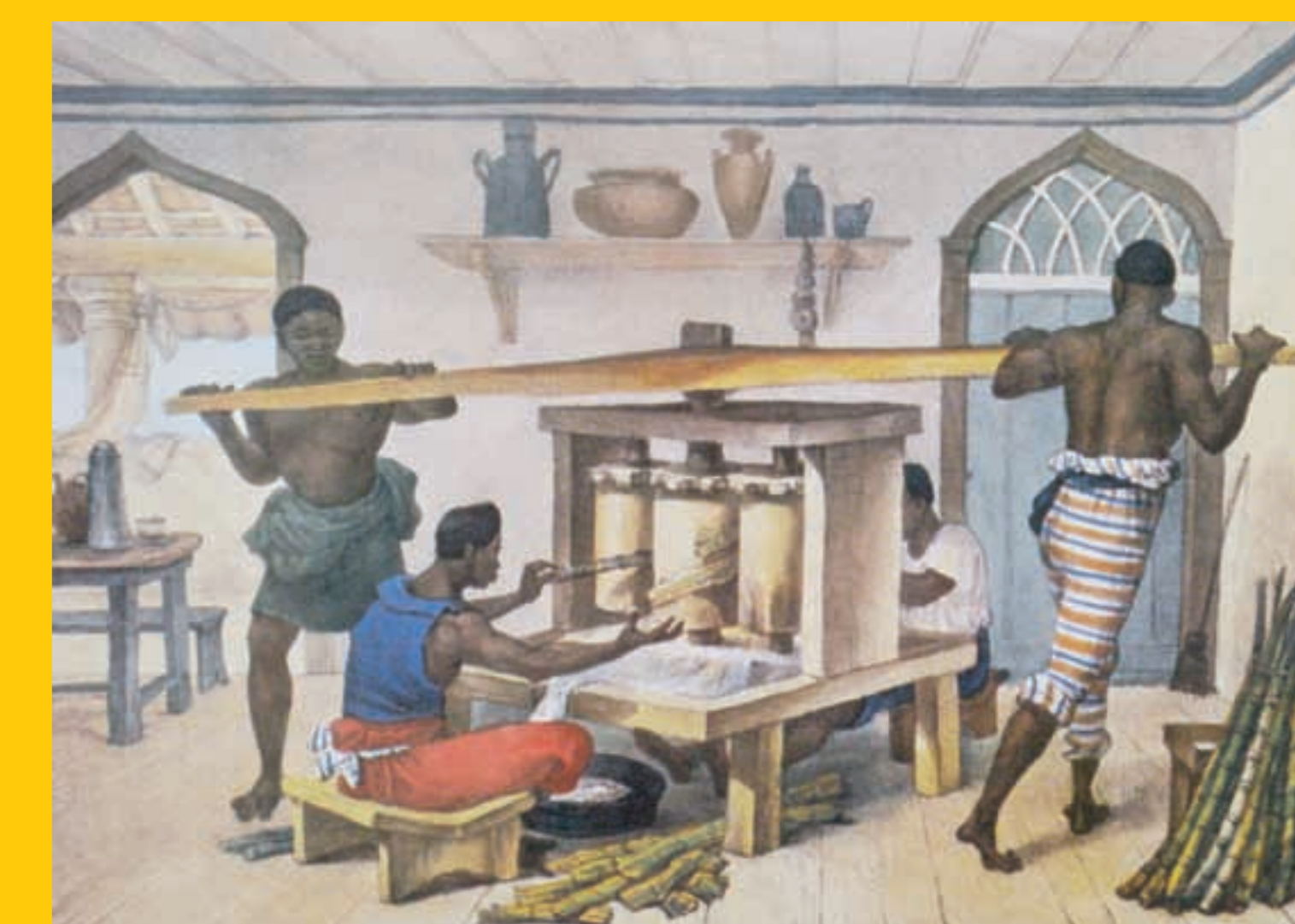
O século 19 foi também quando a luta dos escravos pela a liberdade ganhou uma dimensão mais coletiva, sob a forma de um movimento político. Entretanto, quando o movimento abolicionista tomou força, muitos daqueles que voltaram à África já tinham partido.



Vendedores ambulantes, do livro "Viagem pitoresca e histórica ao Brasil (1834-1834)", de Jean-Baptista Debret.

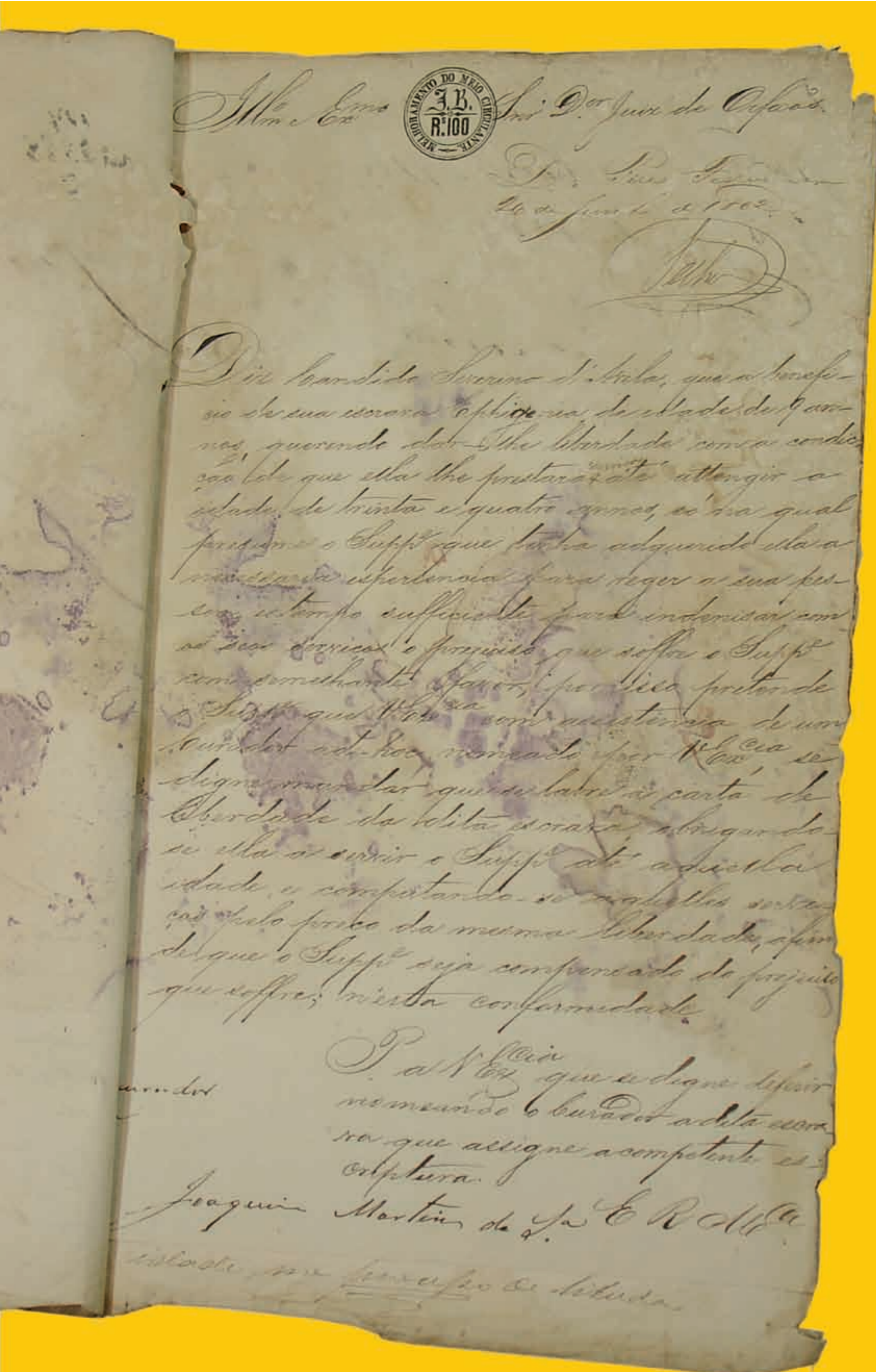


Barbeiros de rua, do livro "Viagem pitoresca e histórica ao Brasil (1834-1834)", de Jean-Baptista Debret.



Moenda de cana-de-açúcar, do livro "Viagem pitoresca e histórica ao Brasil (1834-1834)", de Jean-Baptista Debret.

A reconquista da liberdade



"Diz Cândido Severino de Ávila, que a benefício de sua escrava Efigênciã de idade de 9 anos, querendo dar-lhe liberdade com a condição de que ella lhe prestará serviços até atingir a idade de trinta e quatro anos (...) o suplicante roga a Vossa Excelência que se digno mandar que se lavre a carta de liberdade da dita escrava (...)" – Trecho de documento, datado de 26 de junho de 1862, dirigido ao Juiz de Orfãos, a quem cabia cuidar dos assuntos relativos aos escravos no Brasil, informando sobre a concessão de alforria (Arquivo Nacional, Rio de Janeiro)

Reconquistar a liberdade foi sempre o objetivo de todos os escravos. Uma das formas mais freqüentes de liberdade era através dos testamentos de senhores católicos que, diante da morte, libertavam seus escravos. No campo ou na cidade, trabalhava-se muito em troca do pagamento de certa quantia em dinheiro a cada mês ou semana para juntar um pecúlio que lhes permitisse pagar pela liberdade.

Estratégias familiares se uniam as dos grupos, tais como irmandades católicas e agremiações profissionais que organizavam caixas para empréstimos e prêmios, garantindo dessa forma outras tantas alforrias.

A mais importante forma de resistência à escravidão é a busca da liberdade a qualquer preço. No Brasil, entre os séculos 17 e 19, os escravos que conseguiam fugir se organizaram em centenas de comunidades fortificadas que ficaram conhecidas pelo nome de *quilombos*.

O mais famoso deles foi o Quilombo dos Palmares (1630), que chegou a reunir mais de 50 mil pessoas e resistiu às investidas do governo por mais de um século. Zumbi, seu principal chefe militar, é hoje considerado herói nacional. Outro quilombo famoso foi o do Leblon, na zona sul do Rio de Janeiro, apoiado por membros da elite da Corte.



Monumento a Zumbi dos Palmares, no centro do Rio de Janeiro.

Atualmente, os antigos quilombos são reconhecidos pela constituição brasileira como uma propriedade legítima dos seus primeiros ocupantes, o que deu origem a um amplo programa de concessão de título de propriedade às populações que ainda hoje habitam as terras que um dia abrigaram seus ancestrais fugidos da escravidão.

Em meados do século 19, o movimento abolicionista forçou a aprovação de várias leis que progressivamente eliminaram a escravidão. Em 1850, foi abolido o tráfico atlântico entre o Brasil e a África. Em 1871, a Lei do Ventre Livre libertou o ventre das escravas para que gerassem filhos livres. Em 1885, foi a vez dos sexagenários e, finalmente, em 1888 foi decretada a abolição geral da escravatura no Brasil.

Os Agudás no Togo, Benim e Nigéria



A Grande Mesquita de Porto Novo, no Benim, exemplo marcante do estilo “brasileiro” de arquitetura, que se assemelha a uma igreja da Bahia, de onde vieram os mestres-de-obras que a construíram.

Ser agudá no Togo, Benim e Nigéria é compartilhar uma memória comum sobre um jeito de ser e agir à “brasileira”. De fato, esta região africana constitui um exemplo único de implantação de uma cultura brasileira longe de nossas fronteiras. Não se trata de uma colônia de brasileiros, mas de toda uma comunidade que se reconhece como brasileira, e utiliza esta condição para se articular com as sociedades às quais pertencem.

Eles possuem nomes de família como Souza, Silva, Almeida, entre outros, festejam N. S. do Bonfim, dançam a “burrinha” e ainda cantam em português, reunindo-se frequentemente em torno de uma *feijoada* ou de um *cousidou*, hábitos e tradições tipicamente brasileiras. No Benim, ainda hoje é comum os agudás mais velhos se cumprimentarem com um sonoro “*Bom dia, como passou?*” “*Bem, 'brigado*” é a resposta, em português.

Esses “brasileiros” foram alfaiates, carpinteiros, comerciantes, agricultores e fizeram as primeiras construções em alvenaria, incluindo a primeira igreja católica desta costa da África. No início atuaram como intermediários entre as sociedades tradicionais e a cultura ocidental, mas logo se



Detalhe de uma camisa feita com tecido estampado em homenagem ao Pres. Sylvanus Olympio (Grand Popo, Benim, 1995).

tornaram os intérpretes dos africanos junto ao poder colonial e inversamente. Através de alianças matrimoniais com os demais grupos sociais, se constituíram como um dos principais agentes de construção dos estados modernos da região.

No Togo, os agudás tiveram um papel fundamental na luta pela independência do país e na organização da representação política. Destaca-se a figura de Sylvanus Olympio, que foi o primeiro presidente do país, importante liderança na construção de uma África livre do colonialismo. O Presidente Sylvanus Olympio foi vítima de um golpe de estado e executado em 13 de janeiro de 1963.



Membros da Irmandade Brasileira de Bom Jesus do Bonfim de Porto Novo na catedral de Porto Novo, por ocasião da celebração do N. S. do Bonfim, em 2004.

A Sra. Francisca Patterson, da família De Medeiros e bisneta do Chachá I, no salão do seu sobrado em Porto Novo, um exemplo de casa "brasileira" no Benim.



A região de Uidá, na atual República do Benim, onde o tráfico foi muito intenso até meados do século 19, foi também o principal destino dos retornados, tanto muçulmanos, como atesta a Grande Mesquita de Porto Novo, quanto católicos. Esses retornados se aliaram aos antigos traficantes constituindo uma elite ocidentalizada que teve um papel preponderante na vida econômica do Benim até a implantação da administração colonial francesa. Hoje, representam uma parcela expressiva da população do Benim, distribuída por todas as camadas sociais.

Enquanto que para o Benim o retorno foi espontâneo, motivado por razões afetivas e comerciais, no caso da Nigéria já houve um planejamento maior por parte da administração colonial inglesa, que contava com os agudás, portadores de uma cultura ocidentalizada, para impulsionar a vida econômica da colônia. Para tanto, chegaram a fretar barcos e custear a passagem de inúmeras famílias. Em Lagos, antiga capital da Nigéria, se desenvolveu no século 19 uma comunidade de retornados brasileiros que rivalizava em número e realizações com a de Porto Novo.

A festa do Bonfim do outro lado do mar

A celebração do N. S. do Bonfim, realizada no mês de janeiro, como na Bahia, mobiliza toda a comunidade agudá e começa, em Porto Novo, capital do Benim, por um grande desfile pelas ruas da cidade na véspera da missa. A organização do desfile e o clima geral lembram certos momentos do carnaval brasileiro. A fanfarra toca com todas as suas forças, alguns participantes portando lanternas fazem duas filas dos dois lados da rua enquanto outros dançam no meio. Duas bandeiras brasileiras abrem o desfile, marcado pela marcha que todos cantam a plenos pulmões, em bom português: *A sociedade brasileira está na rua / venha ver / venha gostar / o brinquedo é delicado / para quem, para quem / gosta de ver...* Com uma ênfase toda especial na palavra *brasileira*.



Porto Novo, República do Benim, 1996.

A representação de si



A tradição agudá de se vestir à “brasileira”, copiando o padrão em vigor na elite baiana do século 19, sempre funcionou como um importante indicador de identidade. Essa maneira peculiar de se vestir conserva até hoje, em certa medida, essa mesma função social e acabou até reforçada por influência da televisão. De fato, a novela “Escrava Isaura”, que teve grande sucesso no Benim e no Togo em 1994, serviu para atualizar os figurinos, como é o caso desta senhora da família Campos de Porto Novo.

Porto Novo,
República do
Benim, 1996.

A missa do Bonfim

Representando a *Irmandade Brasileira Bom Jesus do Bonfim de Porto Novo*, a Sra. Martins, bisneta do famoso traficante Domingos José Martins, recebe os “brasileiros” na missa do Bonfim na catedral de Porto Novo. Essa cidade, capital da República do Benim, foi assim batizada por brasileiros no século 18. Conhecida como “O Sonho Brasileiro”, ela abriga, até hoje, o maior acervo de arquitetura de estilo afro-brasileiro da África Ocidental

Na foto, pode-se notar como, pela postura, roupa e penteado, as mulheres agudás se diferenciam das demais beninenses. A língua portuguesa, presente na faixa cerimonial, é outro indicador importante de identidade, já que no país é o francês a língua ocidental de uso corrente.



Porto Novo, República do Benim, 1995.



Saída da missa de celebração de N. S. do Bonfim, Catedral de Porto Novo, janeiro de 2004.

A “burrinha”

Após a missa do Bonfim, tem lugar um piquenique onde são consumidos pratos típicos da culinária agudá, como a “*fejoadá*” e o “*cousidou*”, com “*concadá*” de sobremesa. Esses pratos, cultivados por várias gerações de agudás, continuam fiéis aos seus homônimos brasileiros, embora apresentem pequenas adaptações às condições locais. No final da tarde acontece a apresentação da “burrinha”, antigo folguedo muito popular na Bahia do século XIX e que no Brasil foi absorvido pelo bumba-meu-boi.

Esse espetáculo é muito concorrido, atraindo um grande público que vai além da comunidade agudá. Além da “burrinha”, personagem principal, há representações de animais como o sapo e o leão, os bonecos gigantes conhecidos como “*laiá*” ou “*Maman Gigantá*” e “*loiô*” ou “*Papá Gigantá*”, além de “*Mamywata*”, a rainha das águas. Na foto, a “burrinha”, personagem principal, é cavalgada por um sorridente mascarado com o rosto do antigo presidente da França, Jacques Chirac.



Porto Novo, República do Benim, 1995.

O “sambá” dos agudás

Uma pequena banda de pandeiros, tradicionalmente integrada pela família Amaral, marca o ritmo das marchinhas cantadas em português aproximativo ou iorubá, que embalam a apresentação do “sambá”, a dança típica dos agudás. Uma a uma, as mulheres da comunidade vão passando uma estola entre si, gesto que funciona como um convite para a dança, parte final das celebrações em homenagem ao N. S. do Bonfim.



Porto Novo, República do Benim, 1995.

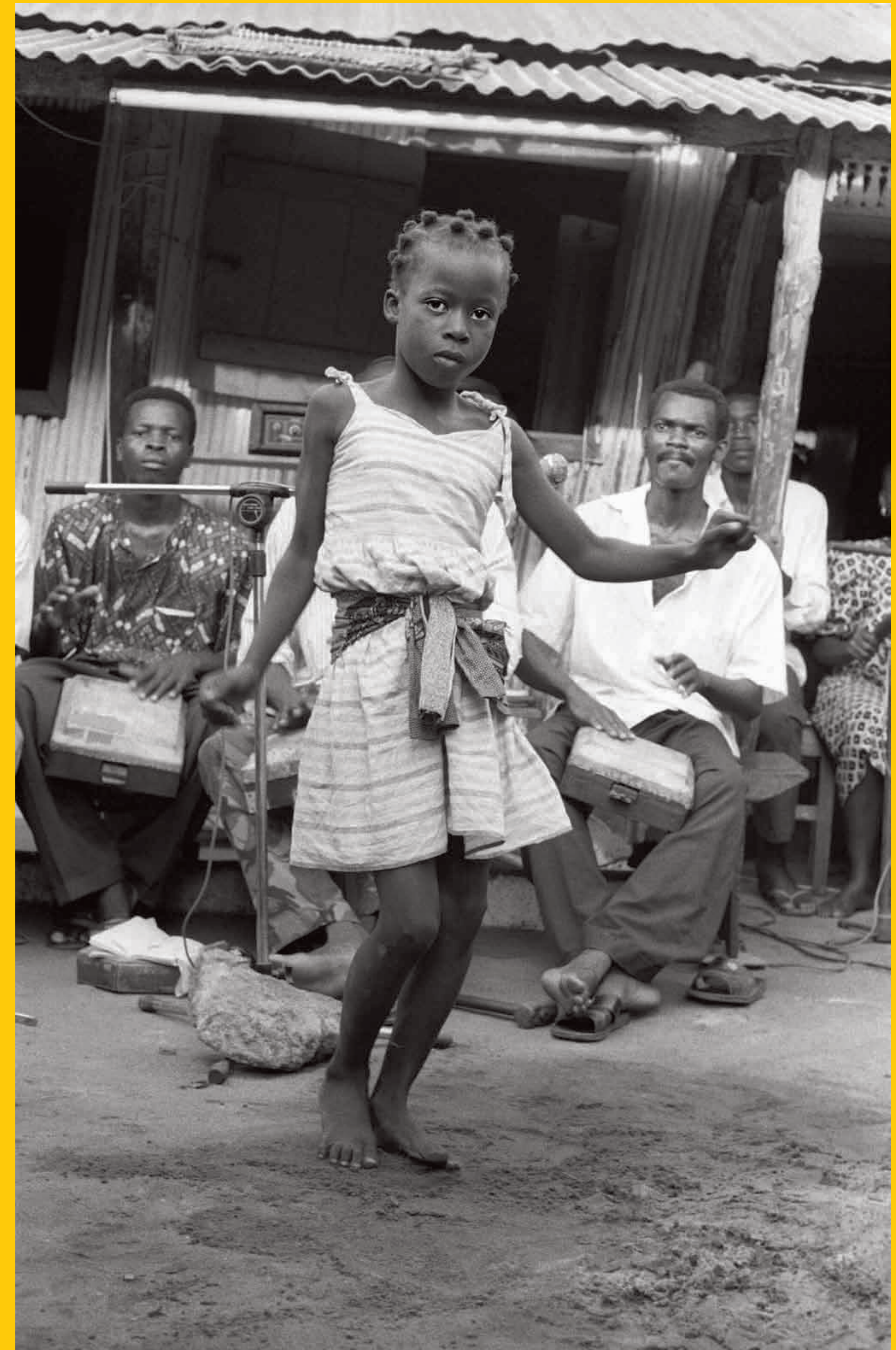
Apresentação
de dança Fon
(Jejê) no
Palácio Real
de Abomé,
1996.



Ela estava brincando com as outras crianças no pátio de sua casa, onde se dava o ensaio da “burrinha”, quando resolveu, muito naturalmente, dançar um pouco.

Nas danças tradicionais observadas nessa região da África, os movimentos, curtos e repetitivos, estão praticamente restritos aos braços, sempre dobrados, e aos ombros. O tronco, quase imóvel, é projetado para frente, enquanto os pés batem vigorosamente no chão. No “sambá” dos agudás, ao contrário, os braços e as mãos são liberados e movimentam-se em harmonia com as pernas e os pés. O corpo inteiro se mexe, aberto e livre às improvisações. Podemos reconhecer, no gestual da menina, a coreografia de uma verdadeira sambista.

Cotonu,
República do
Benim, 1996.



Chachá – o Vice-Rei de Uidá

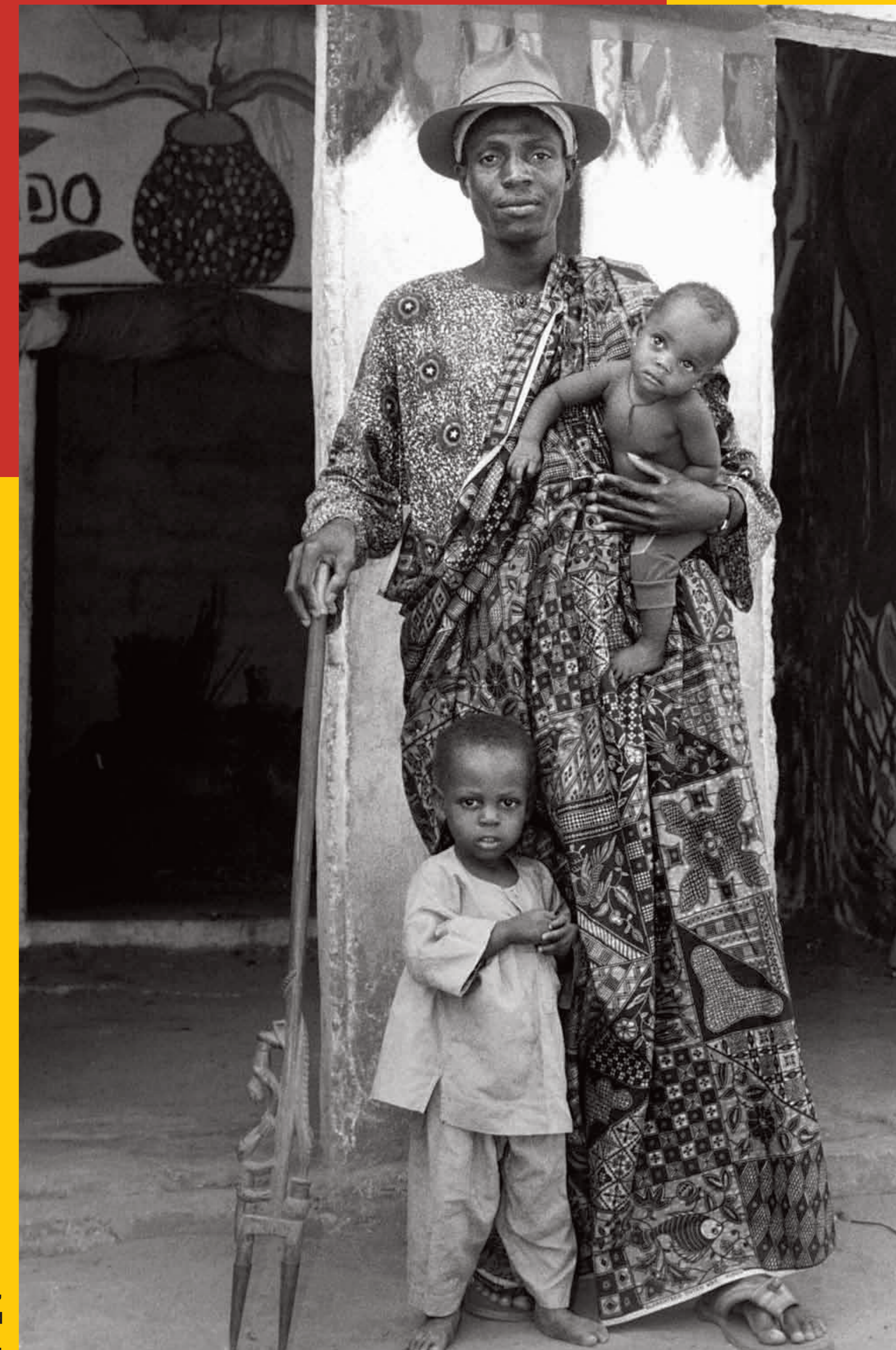
O baiano Francisco Félix de Souza (1754-1849) foi o mais importante mercador de escravos da costa atlântica. Irmão de sangue do rei Guêzo, do Daomé, a quem ajudou a ascender ao trono, em 1818, foi por ele designado Vice-Rei de Uidá com o título de Chachá. Em outubro de 1995, no 146º aniversário da morte do Chachá I, foi entronizado em Uidá o seu atual sucessor. Ainda hoje, o prestígio do título pode ser medido pela grandeza dessa cerimônia que reuniu mais de mil pessoas entre familiares, que incluíam dois bispos e oito padres católicos, e convidados, como o embaixador do Brasil na Nigéria e o Daagbo Hou-non, chefe supremo do culto vodum em Uidá.

Na foto, vemos *Mitô* Honoré Feliciano Julião de Souza, o Chachá VIII, com o cetro que simboliza o seu poder. Este traz no punho a representação de um elefante, símbolo de poder do primeiro Chachá, que está representado também nas duas esculturas em madeira ao lado do trono. As damas de honra estão vestidas à “brasileira”, usando o tecido padronizado para a família do Chachá.



Dagoun – o vodum brasileiro

Entre as famílias “brasileiras”, a De Souza é provavelmente a única a possuir o seu próprio vodum (orixá), o *Dagoun*. Este vodum teve sua origem na pessoa mesmo de Francisco F. de Souza, o Chachá I, e foi cultuado por seus familiares e escravos sob sua autoridade direta, com autorização especial do rei do Daomé. O templo do *Dagoun* está situado no *Quartier Brésil*, próximo a Singbomé, a residência do Chachá, na cidade de Uidá. Este vodum é um dos mais novos do panteão sob a autoridade do *Daagbo Hou-non* e, segundo *Dah Dagoun-non*, como é chamado o chefe de culto, o *Dagoun* protege principalmente as crianças.



Dah Dagoun-non,
Uidá, República
do Benim, 1996.

A comunidade Tabom de Acra

A tradição oral aponta dois caminhos na saga de retorno dos fundadores da atual comunidade tabom à África. Uma linha defende que os primeiros libertos a aportarem em Gana vieram em um só grupo, diretamente da Nigéria, lá chegando em 8 de agosto de 1836. Entretanto, há quem afirme que houve três levas de retornados unidas na formação do povo tabom e os estudos mais recentes parecem confirmar essa hipótese.

O primeiro grupo, composto por sete famílias originárias da Bahia, aportou em 1829, sob a liderança de Kangidi Asuman, que mais tarde mudaria seu nome para Azumah Nelson. Em 1836, chegaram mais dois grupos, um com cerca de duzentas pessoas, vindo diretamente da Bahia; e um outro, sob a liderança de Mahama Sokoto, que antes teria passado pela Nigéria.

Eram homens e mulheres que retornavam ao continente ancestral, depois de muito trabalho no Brasil, com disposição para reconstruir suas vidas

em liberdade. Dominavam técnicas do trabalho artesanal, principalmente a ourivesaria. Foram os primeiros alfaiates e arquitetos dessa região. Eram também agricultores experientes que conheciam as técnicas rudimentares de irrigação.

Eles mereceram boa acolhida por parte dos chefes Ga, e foram convidados pelo Mantse Nii Ankrah a se instalarem em seus domínios, a região chamada Otublohum. Na época, a cidade de Acra estava dividida em três áreas sob o domínio dos ingleses, holandeses e dinamarqueses. A região de Otublohum estava sob o domínio dos dinamarqueses do Christianborg Castle, que não gostaram da decisão de Nii Ankrah, mas tiveram de se render a esta.

Passados quase dois séculos de convivência, os tabom estão completamente integrados ao povo Ga. A exemplo de seus antecessores, o Tabom Mantse Nii Azumah V coloca-se hoje sob a proteção do Otublohum Mantse, Nii Dodoo Nsaki II.



O Tabom Mantse, Nii Azumah V, e a Rainha-Mãe, Naa Awo Gbeke Abiana III, com membros da comunidade Tabom.



Ao lado do Ga Mantse Nii Tackie Tawiah e de outros chefes, podemos ver, à esquerda na foto, João Antônio Nelson, filho de Azumah Nelson nascido no Brasil. Conhecido como Nii Alasha, ele sucedeu a seu pai adotando o nome de Nii Azumah II.



Vista de *Old Accra* por volta de 1880. Ao longe, podem-se perceber as construções de alvenaria dos tabons, que contrastam com as habitações tradicionais, cobertas de palha. (Arquivo do *Foreign and Commonwealth Office Library*, Londres)

A comunidade tabom faz parte da chefia do Otublohum, que por sua vez é um das sete chefias subordinadas ao Ga Mantse, chefe do povo Ga da Grande Acra, senhor desta parte de Gana. A chefia Otublohum é formada por três diferentes povos que chegaram a Acra depois dos Ga terem estabelecido seu reino. São eles os Dadeban Naa, da região de Denkira, e os Atif, vindos da região de Acuamu.

Atualmente, o chefe dos Atif, Nii Doodoo Nsaki II, ocupa a chefia dos Otublohum. O chefe dos Dadeban ocupa as funções de Conselheiro-chefe do Otublohum Mantse, à sua direita, enquanto o chefe tabom fica à esquerda, como um segundo

conselheiro. Todos são membros do *Ga State Council*, no qual o Tabom Mantse desempenha as funções de Dzasetse, o responsável pelas cerimônias oficiais.

A região Otoblohum se situa na parte da cidade conhecida como *Old Accra*, onde se situa a *Brazil Lane* e a *Brazil House*, mais antiga habitação tabom ainda preservada, referências da presença da comunidade. *Old Accra* é considerada o coração da cidade e foi lá que começou o movimento pela independência de Gana, a partir dos anos 1930. Ali nasceu e construiu a sua base eleitoral o *Convention People's Party* (CPP), partido político criado pelo Dr. Kwame Nkrumah, principal líder na luta pela independência e primeiro presidente do país.



Símbolo da chefia Otoblohum. A cabeça virada para trás parece lembrar que todos devem olhar para a direção de onde vieram.

Tabom Mantse – o chefe dos “brasileiros” de Acra



Nii Azumah II (Alasha Nelson) com sua irmã Abiana Nelson, ambos nascidos no Brasil, e seu irmão George Aruna Nelson (à direita), que mais tarde seria o terceiro chefe Tabom, com o título de Nii Aruna I.

A comunidade tabom de Acra está organizada em torno do Tabom Mantse. Tradicionalmente, esta chefia é exercida pela família Nelson, em reconhecimento à liderança de Azumah Nelson, que conduziu o primeiro grupo de afro-brasileiros que resolveu voltar para a África. A escolha do chefe tabom se dá em reunião de todas as famílias da comunidade, de forma democrática.

Desde que a comunidade tabon se consolidou em Acra, em 1836, seis Mantses já ocuparam chefia:

1. Nii Azumah I – de 1836 a circa 1865
2. Nii Azumah II – de circa 1865 a 1900
3. Nii Aruna I – de circa 1900 a 1926
4. Nii Azumah III – de 1936 a 1961
5. Nii Azumah IV – de 1961 a 1981
6. Nii Azumah V – desde 1998

Nii Azumah I e Nii Azumah II nasceram no Brasil. O primeiro, conhecido como Azumah Nelson, foi quem negociou a instalação dos tabons nesta região da *Old Accra* com o Otublohum Mantse, Nii Ankrah, e com o Ga Mantse, Nii Takie Kome I.

Nii Azumah II, nascido em 1826, era filho de Azuma Nelson e ficou conhecido como Alasha Nelson, embora tenha sido batizado como João Antônio Nelson. Grande amigo do chefe principal dos Ga, foi ele quem consolidou o processo de integração dos tabons à sociedade Ga. Seu sucessor foi Nii Aruna I, também filho de Azumah Nelson, nascido em Acra em 1836.

O chefe atual, com o título de Nii Azumah V, é James Abdulai Nelson nasceu em Acra a 6 de maio de 1936, neto de Nii Aruna I. Em 1998, foi escolhido pelo Conselho Tabom, sob a coordenação de Dan Morton, o mais destacado líder, tendo tomado posse no dia 26 de fevereiro de 2000.



Nii Azumah V

As sete primeiras famílias e a *First Scissors House*

Segundo a tradição tabom, o primeiro grupo de retornados brasileiros que chegou à Acra somava cerca de 75 pessoas, pertencentes a sete famílias que vieram da Bahia. Essas famílias são: Asuma Nelson, Mahama Nassu (ou Nassau), Vialla (ou Viala ou Viara, provavelmente uma variação de Vieira), Manuel, Zuzer (provavelmente uma variação de Souza), Gomez e Peregrino.

A família Nelson, líder deste grupo, marcou profundamente a comunidade tabom ao fundar, em 1854, a *First Scissors House*, identificando o grupo com o que havia de mais moderno na época, que eram as roupas ao estilo ocidental. Este prédio, que abrigou alfaiates até ser destruído por um incêndio em 2007, foi um grande centro de formação de mestres de alfaiataria. Em uma placa pintada a mão na *First Scissors House* podemos ler: “1st Scissors House, 1854. Ship”, ao lado da inscrição “S.S. Brazil. Capt. J. Teilo Nelson” (sic). A *1st Scissors House* era, junto com a *Brazil House*, os mais

importantes locais de memória da comunidade tabom de Acra.

A *Brazil House*, situada na Brazil Lane, é hoje o local de memória da comunidade tabom, abrigando uma exposição permanente sobre a saga tabom e aspectos marcantes da cultura brasileira. Está prevista, também, a instalação do escritório do Tabom Mantse. Restaurada por empresas brasileiras a partir de um projeto elaborado pela Embaixada do Brasil em conjunto com o Tabom Mantse e a prefeitura de Acra, a nova *Brazil House* foi inaugurada em novembro de 2007.

A história desta casa começa com a chegada a Gana da Mahama Nassu ou Mama Nassau, o chefe de uma das famílias que fundaram a comunidade tabom de Acra. Ele adquiriu o terreno onde está hoje a *Brazil House* e aí edificou uma casa onde viveu até a sua morte, em 1874. Um dos seus netos, Kofi Acquah, decidiu demolir a velha casa e construiu em seu lugar a atual casa de dois pisos que ficou conhecida como *Brazil House*.



George Aruna Nelson (1839-1926), terceiro chefe Tabom com o título de Nii Aruna I, dirigente da *First Scissors House*.

Exposição permanente na *Brazil House*.



Fachada principal da *Brazil House*, na *Brazil Lane*, no bairro de Jamestown, em Acra.





Um dos aspectos mais marcantes da cultura tabom são os seus tambores — conhecidos como Agbe Music — que são acompanhados por cânticos em iorubá, a língua dos que vieram da Nigéria, tocados em funerais e outras cerimônias importantes.

Com a palavra tabom escrita em letras amarelas sobre fundo verde a bandeira sinaliza com clareza as origens brasileiras do povo tabom. Embora o significado inicial de cada elemento tenha se perdido ao longo das gerações, podemos entender que a presença de uma lua em quarto

crescente com uma estrela branca se refere à fé islâmica dos primeiros afro-brasileiros que lá chegaram.

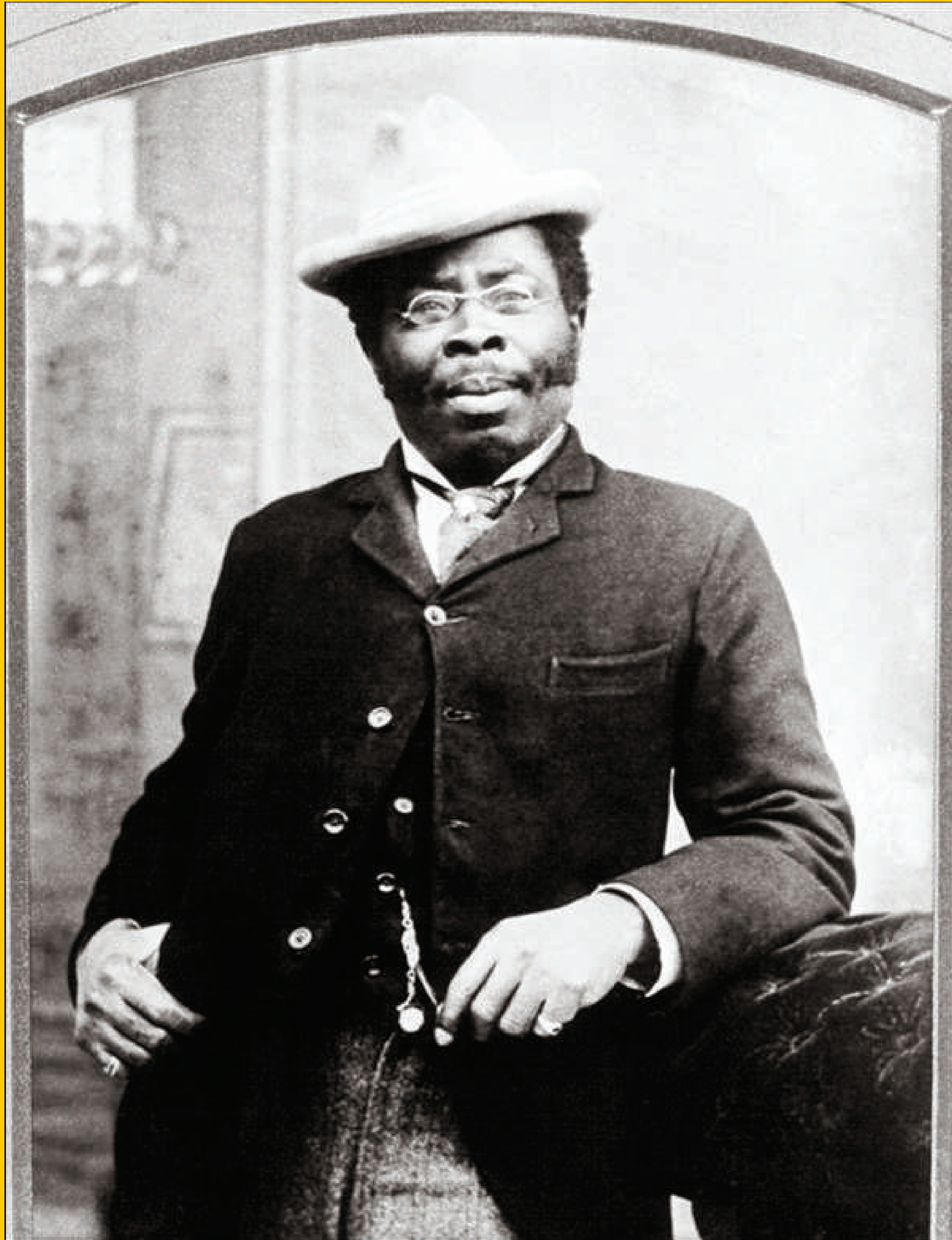
A palavra “OLULUKOLU” em letras brancas traduz o brado cerimonial do Tabom Mantse, ao qual os demais respondem: “amogidiagbo”. O significado exato dessas palavras não chegou até a atual geração, entretanto, pela sonoridade, esses termos se aproximam do idioma iorubá, falado na Nigéria, região a qual foram muito ligados os primeiros tabom. Em iorubá o brado quer dizer “um rei chegou” e sua resposta significa: “os mais fortes o escutarão”.



Eric Morton e demais músicos do Agbe Music.



Mulheres tabom cantam canções tradicionais, em língua iorubá.



Francis Zaccheus S. Peregrino

Desde que chegaram em Acra, os tabons se diferenciaram dos demais por valorizarem a educação, o que lhes habilitou a desempenhar diversas funções de destaque na vida social, econômica e política de Gana ao longo do século 20.

São inúmeros aqueles que se destacaram na advocacia, na medicina — como o Dr. Aruna Morton, médico particular do primeiro presidente de Gana, Kwame Nkruma — ou no jornalismo. É o caso de Francis Zaccheus S. Peregrino nasceu em 1851, filho de Zaqueu Francisco Santiago Peregrino, um brasileiro islamizado. Estudou em Londres, de onde foi, no final dos anos 1880, para os USA, onde publicou um jornal. Mais tarde, instalou-se em Cape Town, na África do Sul, onde publicou o jornal *South African Spectator* até falecer, em 1919.

Já o atual Presidente do Conselho Tabom, Dan Morton, seguindo a melhor tradição dos seus, é nacionalmente reconhecido como aquele que faz os melhores ternos de Gana. Foi alfaiate do primeiro presidente do país, Dr. Nkrumah, e fundou a alfaiataria hoje considerada como referência da profissão no país. Sob a sua liderança, depois de 17 anos de regência, a comunidade Tabon escolheu, em 1998, o novo Mantse.



Dan Morton

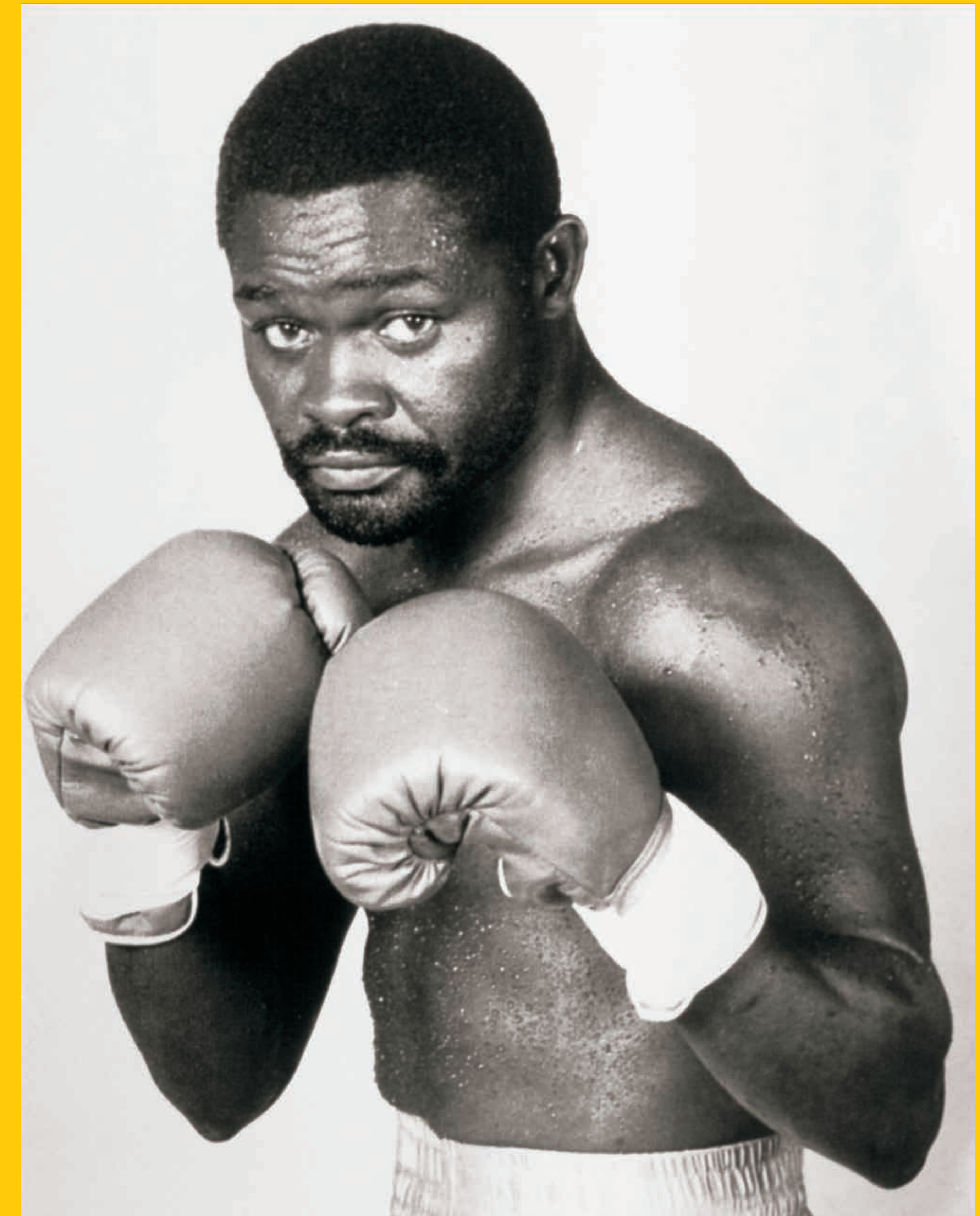


Georgina Theodora Wood (Arquivo pessoal)

No século 20 a participação dos tabons na vida social e política de Gana se fez ainda mais marcante. Um bom exemplo é o tabom Jones Nelson, que foi eleito primeiro diretor geral da *Accra Metropolitan Assembly*, órgão criado, no começo do século 20, para administrar a capital de Gana.

Em 2002, o presidente John Kufuor indicou para a Corte Suprema Georgina Theodora Wood, descendente de uma das sete primeiras famílias a chegarem a Gana, nascida e criada na *Brazil House*. Desde maio de 2007 ela exerce as funções de Chief Justice, tornando-se a primeira mulher a chefiar o Poder Judiciário, o que faz dela a mais eminente mulher na história política do país.

No campo dos esportes, o maior destaque é Samuel Azumah Nelson, também conhecido como *The Professor*, campeão mundial de boxe nas categorias pena e peso-leve de 1984 a 1998. Em 2004, foi incorporado no “Corredor Internacional da Fama de Boxe” do Museu de Canastola, em Nova Iorque, por seu histórico de 46 lutas, com 39 vitórias, sendo 28 por nocaute. Considerado pela imprensa internacional o melhor boxeador africano de todos os tempos, é o esportista mais popular do país, emprestando seu nome ao complexo esportivo de Acra.



Samuel Azumah Nelson (Arquivo pessoal)